



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

Comitê Gestor de Tecnologia da Informação e das Comunicações da Justiça do Trabalho

1ª REUNIÃO DE 2016 - 3/02/2016

PROPOSTA DE PAUTA	
1. Pendências de reuniões anteriores	Identificador
1.1. Revisão da última ata.	
1.2. Deliberação quanto à revisão do Ato n.º 43/2011 que definiu a política de nivelamento, atualização e renovação da infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação dos órgãos da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo grau.	27/2015
2. Novos itens para análise e deliberação	Identificador
2.1 Deliberação quanto à revisão do Ato n.º 44/2011 que definiu a política de concepção, manutenção e gestão dos sistemas corporativos nacionais de TIC adotados pelos órgãos da JT de 1º e Segundo Grau.	1/2016
2.2 Demanda de videoconferência nos TRTs (Ref. Ofício CNJ n.º 422/GP/2015)	2/2016
2.3 Deliberação quanto ao prosseguimento da Proposta de Projeto do PROAD	3/2016
2.4 Resolução n.º 211/2015 CNJ e desdobramentos	4/2016
3. Outros assuntos	Identificador
4. Gestão orçamentária	Identificador
4.1. Deliberação quanto aos cortes no orçamento de 2016 e os impactos nas ações e projetos de TIC da Justiça do Trabalho.	5/2016



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

Comitê Gestor de Tecnologia da Informação e das Comunicações da Justiça do Trabalho

1ª REUNIÃO DE 2016 - 3/02/2016

ATA DE REUNIÃO		
Local	Data	Horário
Sala AM-25 – Bloco A - TST	3/02/2016	14h00 às 16h00

No dia 3 de fevereiro de 2016, das 14h00 às 16h00, na Sala AM-25 do Tribunal Superior do Trabalho, ocorreu a 1ª Reunião de 2016 do Comitê Gestor de Tecnologia da Informação e das Comunicações da Justiça do Trabalho (CGTIC-JT).

Estiveram presentes os seguintes membros do referido comitê:

Nome
Ana Paula Pellegrina Lockmann Desembargadora do Trabalho do TRT da 15ª Região <i>Presidente do CGTIC-JT</i>
Gisela Ávila Lutz Juíza do Trabalho do TRT da 1ª Região
Alcir Kenupp Cunha Juiz do Trabalho Substituto do TRT da 10ª Região
Adlei Cristian Carvalho Pereira Schlosser Secretário-Geral do CSJT
Cláudio Fontes Feijó Secretário Tecnologia da Informação e Comunicação do CSJT
Tiago da Costa Peixoto Secretário de Tecnologia da Informação do TST
Leonardo Fontes Bollentini Secretário de Tecnologia da Informação do TRT da 1ª Região



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

Comitê Gestor de Tecnologia da Informação e das Comunicações da Justiça do Trabalho

1ª REUNIÃO DE 2016 - 3/02/2016

Após agradecer a presença de todos, Dra. Ana Paula Pellegrina Lockmann, Coordenadora do CGTIC-JT, encaminhou a discussão dos itens da pauta:

1. Pendências de reuniões anteriores

Item:	1.1. Revisão da última ata de reunião.	ID	
Situação atual: Apresentada a ata da 6ª Reunião do CGTIC-JT de 2015 aos membros do comitê.			
Encaminhamento CGTIC-JT (Reunião 1.2016): Nada a deliberar.			

Item:	1.2. Deliberação quanto à revisão do Ato n.º 43/2011 que definiu a política de nivelamento, atualização e renovação da infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação dos órgãos da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus.	ID	27/2015
Situação atual: Na última reunião foi encaminhada a minuta de ato para análise e coleta de sugestões dos membros do Comitê.			
Encaminhamento CGTIC-JT (Reunião 1.2016): O CGTIC-JT delibera no sentido de que a minuta seja reavaliada em face da publicação das Resoluções n.º 210 e nº 211, ocorrida em 15 de dezembro de 2015.			

2. Novos itens para análise e deliberação:

Item:	2.1. Deliberação quanto à revisão do Ato n.º 44/2011 que definiu a política de concepção, manutenção e gestão dos sistemas corporativos nacionais de TIC adotados pelos órgãos da JT de 1º e Segundo Graus.	ID	1/2016
Situação atual: O Ato n.º 44/2011 previa a matéria tratada fosse referendada pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho. Nesse sentido, foi encaminhada solicitação para que fosse feita eventual revisão a fim de cumprir determinação para referendo do Conselho.			
Encaminhamento CGTIC-JT (Reunião 1.2016): O CGTIC-JT delibera no sentido de que a minuta seja reavaliada, preliminarmente, em face da publicação da Resolução n.º 211, ocorrida em 15 de dezembro de 2015.			



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

Comitê Gestor de Tecnologia da Informação e das Comunicações da Justiça do Trabalho

1ª REUNIÃO DE 2016 - 3/02/2016

Item:	2.2. Demanda de videoconferência nos TRTs (Ref. Ofício CNJ n.º 422/GP/2015)	ID	2/2016
--------------	--	-----------	---------------

Situação atual:

O Conselho Nacional de Justiça apresenta solução de videoconferência aos Tribunais, por meio do ofício 422/GP/2015, solicitando dados de servidor indicado pelo CSJT para cadastramento centralizado nacional de magistrados, utilizando o Sistema de Controle de Acesso do CNJ, para viabilizar a utilização do serviço. A SETIC esclarece que não há demanda cadastrada dos Regionais nesse sentido e que, em conformidade com a Resolução CNJ n.º 182/2014, a aquisição de solução de TI deve ser precedida de Documento de Oficialização de Demanda e Estudo Técnico Preliminar que aponte alternativas e viabilidade da solução escolhida. Considerando os impactos potenciais no uso desse serviço na rede interna dos Tribunais e Varas, a SETIC reitera a necessidade de atuar em conformidade com a mencionada Resolução.

Encaminhamento CGTIC-JT (Reunião 1.2016):

Diante dos esclarecimentos da SETIC, o CGTIC-JT delibera inicialmente por informar aos Tribunais acerca do serviço disponibilizado pelo Conselho Nacional de Justiça, acrescentando que em caso de formalização de interesse a área técnica estudará alternativas para atender eventual demanda.

Item:	2.3. Deliberação quanto ao prosseguimento da Proposta de Projeto do PROAD	ID	3/2016
--------------	--	-----------	---------------

Situação atual:

O gtPAE-JT apresenta o ETP e a PP apontando o Sistema PROAD, como alternativa para a demanda apresentada e aprovada pelo CGTIC-JT na 9ª Reunião Ordinária, mantida em 25/11/2014.

Encaminhamento CGTIC-JT (Reunião 1.2016):

Diante dos esclarecimentos da SETIC, o CGTIC-JT opina favoravelmente pelo prosseguimento do projeto, nos termos apresentados, solicitando que toda a documentação seja encaminhada ao Comitê Gestor do Sistema de Gestão Administrativa Eletrônica (cgGAE) para as providências pertinentes ao planejamento e execução do projeto.

Item:	2.4 Resolução n.º 211/2015 CNJ e desdobramentos	ID	4/2016
--------------	--	-----------	---------------

Situação atual: Foi publicada Resolução da Estratégia de TI do Poder Judiciário (Res. CNJ n.º 211/2015) que define uma série de requisitos e solicita que cada órgão submetido ao regulamento prepare um plano de trabalho contendo o planejamento para cumprir todos as disposições do normativo.

Encaminhamento CGTIC-JT (Reunião 1.2016): O CGTIC-JT solicita que a SETIC prepare plano de trabalho para atendimento dos critérios previstos na Resolução, em consonância com os prazos por ela fixados, para que delibere a respeito na próxima reunião.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

Comitê Gestor de Tecnologia da Informação e das Comunicações da Justiça do Trabalho

1ª REUNIÃO DE 2016 - 3/02/2016

3. Outros assuntos

Item:	ID
Situação atual:	

4. Gestão orçamentária

Item:	ID
4.1 Orçamento 2016 - disponibilidade orçamentária e valores executados até o momento.	
<p>Situação atual: A Coordenadoria de Finanças do Tribunal Superior do Trabalho informa, por meio do Memo COFIN n.º 16/2016, de 26/01/2016, sobre a aprovação do Orçamento Geral da União pela Lei nº 13.255, de 14 de janeiro de 2016, e solicita reprogramação de gastos para 2016, uma vez que não foi possível atingir o montante planejado para o exercício.</p> <p>A Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação do CSJT, diante da solicitação da COFIN, considerando o expressivo corte orçamentário (aproximadamente 84% do planejado) e os graves impactos para os contratos vigentes e para as ações e projetos nacionais, previstos para o ano de 2016, submete o assunto à elevada consideração do Comitê Gestor de Tecnologia da Informação e Comunicação da Justiça do Trabalho (CGTIC-JT).</p>	
<p>Encaminhamento CGTIC-JT (Reunião 1.2016):</p> <p>Diante da grave situação gerada pelo corte no orçamento de informática da Justiça do Trabalho, cerca de 83,83% do valor previsto e que seria utilizado para custear contratos e realizar novas contratações pertinentes ao Projeto Nacional de TIC, o CGTIC-JT manifesta a sua enorme preocupação e apreensão com a potencial descontinuidade dos contratos vigentes e do que fora planejado para ser adquirido e/ou contratado em 2016.</p> <p>Conforme apresentado pela Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação, foram previstos cerca de 176 milhões para o orçamento de 2016 com um todo, mas foram aprovados apenas 28 milhões.</p> <p>Considerando apenas os contratos vigentes o valor demandado para esse ano é de aproximadamente R\$57,4 milhões de reais.</p> <p>Se for considerar o que seria contratado/adquirido em 2016 tudo já aprovado pelo CGPJe-JT e CGTIC-JT no ano de 2015, seriam necessários adicionalmente 118,1 milhões de reais.</p> <p>Portanto, o déficit chega a aproximadamente 29 milhões se se considerar apenas os contratos vigentes e cerca quase 148 milhões se for considerado o conjunto do que está vigente e o que seria contratado/adquirido em 2016.</p> <p>Diante desse cenário e considerando a importância dos contratos de serviço de infraestrutura e suporte</p>	



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

Comitê Gestor de Tecnologia da Informação e das Comunicações da Justiça do Trabalho

1ª REUNIÃO DE 2016 - 3/02/2016

para os sistemas nacionais, bem como os relativos à segurança da informação, o CGTIC-JT assevera a sua preocupação com a eventual interrupção na prestação de serviços indispensáveis ao tratamento de incidentes de indisponibilidade nos Sistemas Nacionais, **em especial no Sistema PJe-JT**, aduzindo ainda que tal fato poderá acarretar grave comprometimento da prestação jurisdicional nos Regionais.

Acrescenta ainda que se não houver aporte de recursos complementares, os contratos vigentes poderão ser rescindidos acarretando enorme prejuízo à Justiça do Trabalho, pois além de poder comprometer a disponibilidade dos Serviços Nacionais, todo o esforço empreendido em 2014 e 2015 para realização de licitações para aquisição de bens e contratação de serviços será perdido e terá de ser refeito futuramente.

Finalmente, o CGTIC-JT avalia que uma vez não sendo possível reverter urgentemente o quadro acima, tal situação também poderá gerar graves consequências ao bom andamento das atividades de suporte, sustentação e melhoria dos Sistemas Nacionais, **em especial no Sistema PJe-JT**.

Assim, com fundamento no art. 3º do Ato CSJT.GP.SE n.º 133/2009, que define as atribuições do Comitê Gestor de Tecnologia da Informação e Comunicação da Justiça do Trabalho, o CGTIC-JT delibera por:

1-Dar ciência a Presidência do Conselho Superior da Justiça do Trabalho sugerindo que seja remetido Ofício ao Conselho Nacional de Justiça e/ou a quem de direito, solicitando aporte complementar de recursos para custear **ao menos as ações que decorram de contratos vigentes**.

2-Sugerir que a Coordenadoria de Orçamento e Finanças do CSJT, juntamente com a Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação do CSJT, façam gestão junto às unidades responsáveis pelo orçamento e pela TI do Conselho Nacional de Justiça, de modo a esclarecer a gravidade da situação e facilitar a análise do pedido por eventual complemento de orçamento.

3-Dar ciência imediata ao Presidente eleito do TST/CSJT do conteúdo dessa ata e dos documentos complementares que instruíram as deliberações deste Comitê.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

Comitê Gestor de Tecnologia da Informação e das Comunicações da Justiça do Trabalho

1ª REUNIÃO DE 2016 - 3/02/2016

A ata foi submetida aos membros do comitê e convidados, que a aprovaram.

Nome	Assinatura
Ana Paula Pellegrina Lockmann Desembargadora do Trabalho do TRT da 15ª Região Presidente do CGTIC-JT	
Gisela Ávila Lutz Juíza do Trabalho do TRT da 1ª Região	
Alcir Kenupp Cunha Juiz do Trabalho Substituto do TRT da 10ª Região	
Adlei Cristian Carvalho Pereira Schlosser Secretário-Geral do CSJT	
Cláudio Fontes Feijó Secretário de Tecnologia da Informação e Comunicação do CSJT	
Tiago da Costa Peixoto Secretário de Tecnologia da Informação do TST	
Leonardo Fontes Bollentini Secretário de Tecnologia da Informação do TRT da 1ª Região	
Fabiano Coelho de Souza Juiz Auxiliar da Vice-Presidência do TST	
Maximiliano Pereira da Carvalho Juiz Auxiliar da Vice-Presidência do TST	

Ciente em 4/2 /2016.

Ministro ANTONIO JOSÉ DE BARROS LEVENHAGEN
Presidente do Conselho Superior da Justiça do Trabalho